

**PARECER n.º 356/CITE/2019**

**Assunto:** Parecer prévio ao despedimento de trabalhadora lactante, por extinção de posto de trabalho, nos termos do n.º 1 e da alínea c) do n.º 3 do artigo 63º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na redação conferida pela Lei n.º 27/2014, de 8 de maio.

Processo n.º 2308-DL-E/2019

**I – OBJETO**

- 1.1.** Em 06.06.2019, a CITE recebeu do ... pedido de parecer prévio ao despedimento da trabalhadora, lactante, ..., no âmbito de um processo de despedimento por extinção de posto de trabalho, nos seguintes termos:

*“ Nos termos do artigo 63º, nº 2, c), do Código do Trabalho, damos conhecimento do processo de extinção do posto de trabalho movido à nossa trabalhadora ..., composto por 36 folhas. A extinção do posto de trabalho é justificada por redução de custos e abrange 3 trabalhadoras, só estando a trabalhadora ... abrangida pela proteção parental. O contrato a termo existente de outra profissional de enfermagem termina no final do prazo, cf. documentos anexos ao processo. A trabalhadora não quis ficar nesse posto por motivos de segurança e higiene no trabalho relacionados com a sua condição de trabalhadora lactante (é um trabalho de ...), como também consta da documentação junta ao processo (emails dessa trabalhadora). Neste sentido, parecem-nos cumpridas as condições de que depende o parecer favorável dessa entidade.”*

- 1.2.** Em 13/05/2019, a entidade empregadora notificou à trabalhadora a comunicação de intenção de extinção do posto de trabalho, conforme muito sucintamente se transcreve:

*“ Nos termos do artigo 369º, no do Código do Trabalho, vimos comunicar-lhe que temos a necessidade e a intenção de extinguir o seu posto de trabalho. Os motivos são os seguintes: A trabalhadora foi admitida em 1.1.2015, tem categoria profissional de enfermeira e a remuneração mensal de base de 1.020€, acrescida de 66€ de subsídio de alimentação. Este*

*serviço interno tem um custo anual de 52 739,27€, para a Instituição, incluindo, seguros e contribuições para a Segurança Social. E a intenção da entidade empregadora, subcontratar a empresa externa de prestação de cuidados de saúde, ..., a prestação de serviços de enfermagem, de fisioterapia e de nutrição, além dos serviços médicos, integrando todas as valências na mesma equipa multidisciplinar intenção baseia-se na forte redução de custos que resulta dessa externalização, pois as especialidades terão um custo mensal de 1.065€, para o caso da enfermagem, e de 750€, para as outras duas. O serviço médico não é considerado neste procedimento, por não ser trabalho dependente, mas há também uma redução do valor dos honorários. O serviço externalizado terá ainda a vantagem de funcionar no período noturno, ao fim-de-semana e aos feriados, alturas em que as trabalhadoras que os prestam internamente não se encontram ao serviço. No total, o custo anual do serviço, nas valências consideradas, é de 30.780€. Ou seja, há uma redução de custos, anual, segundo os nossos cálculos, de 21.959,27€, além de ganhos de eficiência e de qualidade de atendimento, que motivam a intenção de cessar. O serviço interno prestado pelas três trabalhadoras referidas. III -Não existe no lar de idosos, secção ou estrutura onde prestam serviço, como em qualquer outra resposta social de apoio à terceira idade, nenhum outro trabalhador com funções idênticas às das trabalhadoras referidas. Não há nestas respostas sociais, uma pluralidade de postos de trabalho de conteúdo funcional idêntico. Existe outra enfermeira na Instituição, alocada ao projeto ..., que presta serviço de ..., cujo contrato a termo, cessará quando o projeto terminar, estando esse termo previsto para 3/12/2019. Trata-se da Sra. Enf. a ..., que esta contratada a termo certo para fazer face ao projeto refendo, e que possui as mesmas habilitações da Sra. Enf. ..., **aufere uma remuneração mensal de base menor, no valor de 956,00€, por isso, se se entendesse dever ser aberto concurso entre ambas, por se considerar que se tratava de postos de trabalho idênticos numa mesma secção ou estrutura, o que não se aceita, por na realidade se tratar de respostas sociais diferentes a funcionar em locais diferentes, mas se pondera, sem conceder, pelo critério da maior onerosidade pela manutenção do vínculo laboral sempre teria de ser selecionado o posto de trabalho da Sra. Enf. ..., para ser extinto. Verifica-se assim a desnecessidade funcional dos postos de trabalho das 3 trabalhadoras referidas.** Por esta comunicação damos início ao processo de extinção de posto de trabalho. Preenchem-se os requisitos da extinção. Os motivos indicados não se devem a conduta culposa do trabalhador ou da empregadora; Verifica-se a impossibilidade pratica de subsistência do seu contrato de trabalho, não dispondo a empregadora de outro posto de trabalho vago compatível com a sua categoria profissional. Não existem na empresa contratos a termo para tarefas correspondentes às dos postos de trabalho extintos e, no caso da enfermeira, o contrato respetivo será terminado logo que o projeto que o justificou chegue ao seu termo.*

Deverá referir-se em qualquer caso que a Sra. Enf. ..., recusou-se a substituir a colega por entender que não, podia correr os riscos inerentes ao trabalho da equipa de rua, pelo seu estado de trabalhadora, lactante, não podendo, portanto sequer ocupar o referido posto de trabalho, mesmo que lhe fosse oferecido até 31.12.2019. Não se aplica o processo de despedimento coletivo, porque a empregadora tem 92 trabalhadores e só é extinto o posto de trabalho destas 3 trabalhadoras. V.ª Exa. Tem o prazo de 10 dias para se pronunciar por escrito, querendo, nos termos e efeitos do n.º 1 do artigo 370.º do Código do Trabalho."

- 1.3.** Foi comunicado por escrito à trabalhadora, nos termos do n.º 1 do artigo 369.º do Código do Trabalho, tendo a mesma em 29.05.2019, respondido nos seguintes termos:

*"..., com a categoria profissional de Enfermeira, tendo rececionado comunicação de intenção de extinção de posto de trabalho vem apresentar a sua resposta fundamentada. Nos seguintes termos e fundamentos: Questão previa: A comunicação da empresa viola de uma forma clamorosa o Regulamento de Proteção de Dados, as regras de sigilo e privacidade de cada um dos três trabalhadores envolvidos. Isto posto, para justificar a alegada necessidade de extinção de posto de trabalho, a empresa, limitou-se a invocar razões de forma genérica, sem nada concretizar. Apenas referindo, de forma vaga, sem qualquer suporte técnico, a redução de custos. Ora, isso significa, sem mais, que os postos a extinguir são necessários. O que se pretende é, não a extinção de postos de trabalho, mas a sua substituição por prestadores de serviço em regime de outsourcing. Os argumentos invocados, meramente do foro económico-financeiro, são meras especulações, desacompanhadas de qualquer parecer ou estudo que as fundamente. E a empresa conclui, mas sem fundamentar, a razão pela qual considera que a extinção daqueles concretos postos de trabalho referidos é o único meio que permite atingir o objetivo pretendido. Ou seja, não é indicado o nexo causal entre os motivos e a necessidade destes despedimentos em concreto. Na verdade, inexistem razões sérias que justifiquem o despedimento das pessoas em causa, sendo não só possível, como aconselhado ou mesmo imperativo legal a subsistência dos contratos de trabalho. Tratando-se de uma atitude persecutória relativamente à pessoa em causa e nada mais. Bastando para o efeito atentar que desde que anunciou o seu regresso ao serviço, em setembro de 2018, a trabalhadora em causa já foi objeto de diversas pressões e ameaças veladas. Esperando que este fosse o desfecho. Em concreto, aceita-se, para não mais poder ser retirado, a confissão de que há trabalhadora contratada a termo com a mesma categoria. Assim sendo, a situação enquadra-se no disposto no artigo 368.º, n.º 1 al. e) do C.T. Não sendo possível a extinção do*

*posto de trabalho. TERMOS EM QUE, Após devidamente ponderados todos os argumentos ora aduzidos, deve o presente processo de extinção de posto de trabalho ser arquivado, como é de elementar justiça e por não se verificarem os requisitos exigidos por lei."*

- 1.4. Consta do presente processo, o Anexo A do relatório único com o quadro de Pessoal.

## II - ENQUADRAMENTO JURÍDICO

- 2.1. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, adotada e aberta à assinatura, ratificação e adesão pela resolução n.º 34/180 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 18 de dezembro de 1979, e com entrada em vigor na ordem internacional a 3 de setembro de 1981, em conformidade com o artigo 27.º, n.º 1, assinada por Portugal a 24 de Abril de 1980 e aprovada para ratificação pela Lei n.º 23/80, de 26 de julho, publicada no Diário da República I Série A, n.º 171/80 e em vigor na ordem jurídica portuguesa desde 3 de setembro de 1981, determina no seu artigo 11.º que:

*"Os Estados Partes comprometem-se a tomar todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra as mulheres no domínio do emprego com o fim de assegurar, com base na igualdade dos homens e das mulheres, os mesmos direitos, em particular: (...)*

*Proibir, sob pena de sanções, o despedimento por causa da gravidez ou de gozo do direito a um período de dispensa do trabalho por ocasião da maternidade, bem como a discriminação nos despedimentos fundada no estado matrimonial; (...)*

*Instituir a concessão do direito a um período de dispensa do trabalho por ocasião da maternidade pago ou conferindo direito a prestações sociais comparáveis, com a garantia da manutenção do emprego anterior, dos direitos de antiguidade e das vantagens sociais (...)."*

- 2.2. A Diretiva 2006/54/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5.07.2006 alude à construção jurisprudencial do princípio da igualdade de oportunidades e igualdade de tratamento entre homens e mulheres em domínios ligados ao emprego e à atividade profissional. De acordo com os considerandos 23 e 24 da referida Diretiva é

expressamente referido que: *ressalta claramente da jurisprudência do Tribunal de Justiça que qualquer tratamento desfavorável de uma mulher relacionado com a gravidez ou a maternidade constitui uma discriminação sexual direta em razão do sexo. (...) O Tribunal de Justiça tem repetidamente reconhecido a legitimidade, em termos do princípio da igualdade de tratamento, de proteger a condição biológica da mulher na gravidez e na maternidade e de adotar medidas de proteção da maternidade como meio de atingir uma igualdade concreta.*

**2.3.** É, pois, jurisprudência uniforme do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias<sup>1</sup> que o despedimento de uma trabalhadora devido à sua gravidez constitui uma discriminação direta em razão do sexo, proibida nos termos do artigo 14.º n.º 1, alínea c) da Diretiva 2006/54/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de julho de 2006, relativa à aplicação do princípio da igualdade de oportunidades e igualdade de tratamento entre homens e mulheres em domínios ligados ao emprego e à atividade profissional.

**2.4.** Na verdade, e de acordo com o já previsto na Diretiva 92/85/CEE do Conselho, de 19.10.92, artigo 10.º: *" 1. Os Estados-membros tomem as medidas necessárias para proibir que as trabalhadoras (...) sejam despedidas durante o período compreendido entre o início da gravidez e o termo da licença de maternidade (...), salvo nos casos excecionais não relacionados com o estado de gravidez, admitidos pelas legislações e/ou práticas nacionais e, se for caso disso, na medida em que a autoridade competente tenha dado o seu acordo.*

*2. Quando uma trabalhadora (...) for despedida durante o período referido no n.º 1, o empregador deve justificar devidamente o despedimento por escrito."*

**2.5.** Em sintonia com o princípio comunitário da igualdade de oportunidades e igualdade de tratamento entre homens e mulheres a Constituição da República Portuguesa reconhece às mulheres trabalhadoras o direito a especial proteção durante a gravidez e após o parto, incluindo a dispensa do trabalho por período adequado, sem perda de retribuição ou de quaisquer regalias<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Ver, entre outros, os Acórdãos proferidos nos processos C-179/88, C-421/92, C-32/93, C- 207/98 e C-109/00).

<sup>2</sup> Artigo 68.º, n.º 3 da Constituição da República Portuguesa.

- 2.6.** Como corolário deste princípio, o artigo 63.º do Código do Trabalho determina uma especial proteção no despedimento.
- 2.7.** Assim, nos termos da lei, o despedimento de trabalhadora grávida, puérpera ou lactante carece de parecer prévio da entidade que tenha competência na área da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.
- 2.8.** O Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, foi objeto de alterações introduzidas pela Lei n.º 27/2014, de 8 de maio. Tais alterações foram significativas no que respeita à cessação de contrato de trabalho por extinção de posto de trabalho.
- 2.9.** Neste sentido, e para efeitos do n.º 1 do artigo 368.º do Código do Trabalho, o despedimento por extinção do posto de trabalho só pode ter lugar desde que se verifiquem os seguintes requisitos:
- Os motivos indicados não sejam devidos a conduta culposa do empregador ou do/a trabalhador/a;
  - Seja praticamente impossível a subsistência da relação de trabalho;
  - Não existam, na empresa, contratos de trabalho a termo para tarefas correspondentes às do posto de trabalho extinto;
  - Não seja aplicável o despedimento coletivo.
- 2.10.** Nos termos do n.º 2 do artigo 368.º do Código do Trabalho, havendo na secção ou estrutura equivalente uma pluralidade de postos de trabalho de conteúdo funcional idêntico, para determinação do posto de trabalho a extinguir, a decisão do empregador deve observar, por referência aos respetivos titulares, a seguinte ordem de critérios relevantes e não discriminatórios:
- a) Pior avaliação de desempenho, com parâmetros previamente conhecidos pelo trabalhador;
  - b) Menores habilitações académicas e profissionais;
  - c) Maior onerosidade pela manutenção do vínculo laboral do trabalhador para a empresa;

- d) Menor experiência na função;
- e) Menor antiguidade na empresa.

**2.11.** De acordo com o n.º 4 do artigo 368.º do mesmo Código, considera-se que a subsistência da relação de trabalho é praticamente impossível quando o empregador não disponha de outro posto de trabalho compatível com a categoria profissional do trabalhador/a.

**2.12.** No caso de despedimento por extinção de posto de trabalho, e nos termos previstos no artigo 369.º do Código do Trabalho, o empregador comunica, por escrito, ao/à trabalhador/a envolvido/a a necessidade de extinguir o posto de trabalho, indicando os motivos justificativos e a secção ou unidade equivalente a que respeita; indica a necessidade de despedir o trabalhador/a afeto/a ao posto de trabalho a extinguir e a sua categoria profissional e comunica os critérios para seleção dos trabalhadores/as a despedir.

**2.13.** De acordo com o que melhor se explica, a título exemplificativo, no Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 11.11.2008, Processo n.º 27/07.1TTFIG.C1, em [www.trc.pt](http://www.trc.pt):

*"Importa ter presente o princípio geral de conservação da relação laboral que se pode extrair do artigo 53º da Constituição, sob a epígrafe "segurança no emprego", e que estabelece a proibição de despedimentos sem justa causa, com a qual a figura de despedimento que analisamos, por justa causa objetiva, é conciliado através da relativa rigidez dos seus pressupostos e, sobretudo, da exigência que seja requisito para o despedimento o de ser praticamente impossível a subsistência da relação de trabalho.*

(...)

*Como salienta Monteiro Fernandes (Direito do Trabalho, 12ª edição, pags. 587 e 588), a apreciação da justa causa objetiva, que tratamos, há de incidir, sobretudo, no nexo sequencial entre a decisão de extinção do posto de trabalho e a decisão de extinguir o contrato. Tendo presente que "o «momento» decisivo, sob o ponto de vista do regime do despedimento - isto é, da sua motivação relevante - parece localizar-se, não no feixe de ponderações técnico-económicas ou gestionárias a*

*que alude o art. 397º n.º 2<sup>3</sup> (e que são cobertas pela liberdade de iniciativa do titular da empresa), mas no próprio facto da extinção do posto de trabalho que se situa a jusante daquela e que é, ele próprio, o produto de uma decisão do empregador. Está-se (...) perante uma forma de despedimento que culmina uma cadeia de decisões do empregador situadas em diferentes níveis mas causalmente interligadas: esquematicamente, uma decisão gestionária inicial, uma decisão organizativa intermédia (a da extinção do posto) e uma decisão «contratual» terminal (a do despedimento)".*

*Isto, porque o n.º 3 do artigo 403º do Código do Trabalho<sup>4</sup> objetiva o conceito de impossibilidade prática da subsistência da relação de trabalho reconduzindo-o à situação do empregador não dispor de outro que seja compatível com a categoria do trabalhador.<sup>5</sup>*

*Sendo isto certo para a apreciação da justa causa (repete-se), importa sempre, contudo, a nosso ver que antes se verifique que houve uma relação causal entre a decisão gestionária inicial e a decisão organizativa intermédia de extinção do posto de trabalho. Sob pena de não se poder controlar a efetiva verificação da existência de uma decisão gestionária que implique a segunda.*

*Tal não significa controlar a bondade da decisão gestionária. Significa apenas determinar se ela existiu de forma a ter relação com a segunda decisão.*

*Ou seja, como se no refere Ac. do STJ de 4-7-2002, in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt), proc. JSTJ000, é importante " verificar se a extinção dos postos de trabalho decorre causalmente dos motivos invocados - os quais o empregador terá obviamente de alegar e demonstrar - e não tanto aferir da legitimidade da decisão gestionária inicial".*

*(...)*

*Na verdade, como se refere no Ac. do STJ já referido, de 4-7-2002, a cessação do contrato de trabalho feita pelo empregador com fundamento na necessidade de extinguir o posto de trabalho ocupado pelo trabalhador, tem que ser baseada em motivos concretos e claros, não bastando a invocação pelo empregador de ter necessidade de diminuir os custos."*

<sup>3</sup> Atual n.º 2 do artigo 359.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

<sup>4</sup> Atual n.º 4 do artigo 368.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

<sup>5</sup> (...) *Como refere Maria do Rosário Palma Ramalho (Direito do Trabalho, Parte II, pag. 885) a referência da lei à categoria deve entender-se como reportada à categoria interna e não à categoria funcional do trabalhador. Ou seja, "não está em causa a manutenção da mesma função (ou seja, a aceção horizontal da categoria ou categoria funcional), sob pena da total inoperacionalidade do preceito" (a favor desta posição cita o Ac. do STJ de 22-06-2005, in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt), proc. 05S923) (...), in Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 11.11.2008, Processo n.º 27/07.1TTFIG.C1, em [www.trc.pt](http://www.trc.pt).*



**2.14.** No caso de se verificar, na mesma secção ou estrutura equivalente uma pluralidade de postos de trabalho de conteúdo funcional idêntico, e para a concretização do posto de trabalho a extinguir, há, ainda, que atender à ordem de critérios determinados no n.º 2 do artigo 368.º do Código do Trabalho.

No que respeita à observação da ordem dos critérios definida na lei refere-se, a título de exemplo, e ainda com atualidade, pese embora as alterações legislativas, o que decorre da jurisprudência constante no Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 09.03.2005. Assim: " *A noção de conteúdo funcional idêntico, para efeitos do critério de prioridade na extinção do posto de trabalho já foi desenvolvida na Jurisprudência do STJ, designadamente do AC de 26 de maio de 1999, publicado na CJ Tomo II, pág. 289, o qual refere que "o n.º 2 do artigo 27º não se refere a funções iguais, nem às mesmas categorias profissionais, nem sequer a categorias profissionais idênticas, refere-se antes a «postos de trabalho de conteúdo funcional idêntico» - o que logo pressupõe funções diferentes e distintas, mas com identidade de conteúdo funcional. Aliás, só assim é que se compreende a forma como o legislador hierarquizou os critérios de prioridades na extinção do posto (...)*

*(...)*

*Pretende-se assim que a extinção do posto de trabalho objetivamente fundamentada não se confunda com a extinção do posto de trabalho que vise a cessação de contratos de trabalho dirigida a trabalhadores em concreto (...)"*

**2.15.** Já no que respeita ao cumprimento dos requisitos formais têm entendido os nossos tribunais superiores que:

*"3. As exigências formais que condicionam o despedimento por extinção do posto de trabalho visam assegurar o esclarecimento do trabalhador abrangido, garantir o exercício do contraditório e tutelar a segurança jurídica, bem como permitir o posterior controlo jurisdicional desses fundamentos.*

*4. Os motivos da extinção do posto de trabalho devem estar devidamente especificados, nas comunicações (...), e na decisão final do processo, nelas devendo figurar todas as circunstâncias e factos concretos que integram esses motivos.*

---

<sup>6</sup> " *Atual n.º 2 do artigo 403.º do Código do Trabalho.*" Tal preceito legal corresponde, no Código do Trabalho de 2009 ao n.º 2 do artigo 368.º.

*5. Sem a alegação destes elementos, trabalhador fica sem conhecer os factos que determinaram a extinção do seu posto de trabalho e sem o mínimo de elementos que lhe permitam pronunciar-se sobre os motivos da extinção e sobre a impossibilidade de subsistência da sua relação de trabalho, ficando, dessa forma, seriamente prejudicado o exercício do contraditório e o seu direito de defesa.*

*6. Além disso, o Tribunal fica sem possibilidade de exercer qualquer controlo jurisdicional sobre a verificação dos motivos da extinção e sobre as razões que a levaram o empregador a concluir pela impossibilidade prática da subsistência da relação. (sumário elaborado pelo Relator)”<sup>7</sup>*

**2.16.** Neste sentido, a lei exige por um lado motivos objetivos relativos à necessidade invocada para proceder a despedimento/s, a sua relação com o/s posto/s de trabalho afetado/os pela medida adotada e a escolha, quando exista uma pluralidade de postos de trabalho com conteúdo funcional idêntico, do/s posto/s em concreto por observância dos critérios legalmente definidos, sendo certo que a escolha, através da aplicação dos critérios legais, da extinção de determinado posto de trabalho, por si só, não é suficiente para garantir a licitude do despedimento, sendo necessário, ainda, determinar a impossibilidade da manutenção do vínculo laboral através do cumprimento do dever de impende sobre o empregador de demonstrar a inexistência de outro posto de trabalho compatível com a categoria profissional do/a trabalhador/a.

**2.17.** Quando o posto de trabalho a extinguir é ocupado por uma trabalhadora grávida, puérpera ou lactante acresce aos requisitos mencionados uma especial proteção legal imposta pela Constituição e concretizada no n.º 1 do artigo 63.º do Código do Trabalho, como forma de evitar qualquer discriminação com base no sexo em virtude da maternidade, na aceção das Diretivas 92/85/CEE do Conselho, de 19.10.1992 (artigo 10.º) e 2006/54/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5.07.2006 (Reformulação), (Considerandos 23 e 24 e artigo 14.º, n.º 1, alínea c).

---

<sup>7</sup> In Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 10-10-2007, Processo: 6853/2007-4, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt). Em sentido idêntico Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 27-09-2006, Processo: 5107/2006-4, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

- 2.18.** Nos casos de despedimento por extinção de posto de trabalho, a lei não determina a existência de uma presunção legal apenas ilidível com apresentação de prova em contrário (como acontece no caso de se verificar a intenção de despedimento por facto imputável a uma trabalhadora grávida, puérpera ou lactante). A especial proteção consagrada nesta modalidade de cessação do contrato de trabalho traduz-se na obrigação, que impende sobre a entidade empregadora, de fundamentar e demonstrar objetivamente que as medidas adotadas não se traduzem direta ou indiretamente numa discriminação ou num indício de discriminação por razões relacionadas com o estado de gravidez, de puerpério ou de lactância da trabalhadora a despedir.
- 2.19.** De acordo com a alínea c) do n.º 3 do artigo 63.º do Código do Trabalho, no caso de despedimento por extinção do posto de trabalho de trabalhadora grávida, puérpera ou lactante, o processo deve ser remetido à CITE depois das consultas referidas no n.º 1 do artigo 370.º do Código do Trabalho.
- 2.20.** À CITE incumbe, por força das suas atribuições (alínea b) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 76/2012, de 26 de março), aferir se o empregador fundamentou concretamente o/s motivo/s para a necessidade de extinção do posto de trabalho escolhido, se demonstrou o cumprimento dos requisitos legais para a extinção do posto de trabalho, e se demonstrou, quando exista uma pluralidade de posto de trabalho com conteúdo funcional idêntico, o critério de seleção aplicado para determinar o/a trabalhador/a a despedir, por forma a concluir pela existência ou inexistência de indícios de discriminação em razão da maternidade.
- 2.21.** Em síntese, nos procedimentos para extinção de posto de trabalho, importa considerar três momentos relevantes, cuja inobservância pode determinar a ilicitude do despedimento, nos termos previstos nos artigos 381.º e 384.º do Código do Trabalho:
- Relação causal entre os motivos invocados para a extinção de um posto de trabalho e a escolha do posto a extinguir;
  - Verificação dos requisitos previstos no n.º 1 do artigo 368.º do Código do Trabalho;
  - A aplicação dos critérios para escolha do/a trabalhador/a a despedir, quando se

verifique a existência de uma pluralidade de postos de trabalho de conteúdo funcional idêntico.

**2.22.** Conforme esclarecido no parecer, o despedimento por extinção do posto de trabalho não se encontra isento de justa causa, sendo esta, necessariamente, justa causa objetiva e, por isso, independente do comportamento dos sujeitos (empresa/trabalhador/a)<sup>8</sup>, justificada por motivos de mercado, estruturais ou tecnológicos que, devidamente enunciados, fundamentam a medida de gestão adotada, e demonstram a relação causal entre o motivo invocado e a decisão de extinção de um posto de trabalho determinado, verificados que estejam os requisitos previstos no n.º 1 do artigo 368.º do Código do Trabalho. Para a extinção de posto de trabalho, que pode afetar no máximo um/a trabalhador/a nas micro ou pequenas empresas (até 9 trabalhadores/as ou de 10 trabalhadores/as até 49 trabalhadores/as), ou até quatro trabalhadores/as, nas médias ou grandes empresas<sup>9</sup> (de 50 trabalhadores/as até 249 trabalhadores/as ou de 250 trabalhadores/as ou mais), o legislador determina que não existam na empresa contratos de trabalho a termo para as tarefas correspondentes às do posto de trabalho extinto e que resulte impossível a manutenção da relação laboral por inexistência de outro posto de trabalho compatível com a categoria do/a trabalhador/a afetado/a.

2. Igualmente, impende sobre o empregador o dever de comunicar ao/à trabalhador/a os motivos para o seu despedimento, assim como os critérios de seleção dos trabalhadores/as a despedir, de forma a possibilitar o exercício do princípio do contraditório pelo/a trabalhador/a.

**2.23.** No caso em análise a entidade empregadora alegou que:

---

<sup>8</sup> “3. A necessidade imposta pelo legislador (...), dos motivos indicados para o despedimento por extinção de posto de trabalho não se deverem a conduta culposa do empregador ou do trabalhador justifica-se, quanto ao empregador, porquanto havendo culpa sua, deve ser este a sustentar os efeitos da sua conduta, até porque o risco corre por sua conta. Já quanto à conduta culposa do trabalhador, quando esta se verifique, deve reconduzir-se ao despedimento por justa causa subjetiva, ou seja, ao despedimento por facto imputável ao trabalhador, cfr. Artigo 351.º e segs.”. In DIOGO VAZ MARECOS, Código do Trabalho Anotado, 1ª Edição, setembro de 2010, Wolters Kluwer Portugal sob a marca Coimbra Editora, pág. 911.

<sup>9</sup> A opção pelo procedimento de cessação de contratos de trabalho por despedimento coletivo ou extinção de posto de trabalho deve observar o disposto nos artigos 359.º, n.º 1 e 368.º, n.º 1, alínea d) do Código do Trabalho, sendo, no essencial, a opção por ou por outro uma questão relacionada com o tipo de empresa (artigo 100.º) e o número de trabalhadores abrangidos pelo despedimento.

*“Nos termos do artigo 63º, nº 2, c), do Código do Trabalho, damos conhecimento do processo de extinção do posto de trabalho movido à nossa trabalhadora, ..., composto por 36 folhas. A extinção do posto de trabalho é justificada por redução de custos e abrange 3 trabalhadoras, só estando a trabalhadora Joana Marinheiro, abrangida pela proteção parental. O contrato a termo existente de outra profissional de enfermagem termina no final do prazo, cf. documentos anexos ao processo. A trabalhadora, Joana Marinheiro, não quis ficar nesse posto por motivos de segurança e higiene no trabalho relacionados com a sua condição de trabalhadora lactante (é um trabalho de ...), como também consta da documentação junta ao processo (e-mails dessa trabalhadora). Neste sentido, parecem-nos cumpridas as condições de que depende o parecer favorável dessa entidade.”*

**2.24.** *Foi comunicado por escrito à trabalhadora, a extinção do posto de trabalho, nos termos do n.º 1 do artigo 369.º do Código do Trabalho, a mesma, pronunciou-se, alegando que:*

*“ O que se pretende é, não a extinção de postos de trabalho, mas a sua substituição por prestadores de serviço em regime de outsourcing. Os argumentos invocados, meramente do foro económico-financeiro, são meras especulações, desacompanhadas de qualquer parecer ou estudo que as fundamente. E a empresa conclui, mas sem fundamentar, a razão pela qual considera que a extinção daqueles concretos postos de trabalho referidos é o único meio que permite atingir o objetivo pretendido. Ou seja, não é indicado o nexo causal entre os motivos e a necessidade destes despedimentos em concreto. Na verdade, inexistem razões sérias que justifiquem o despedimento das pessoas em causa, sendo não só possível, como aconselhado ou mesmo imperativo legal a subsistência dos contratos de trabalho. Tratando-se de uma atitude persecutória relativamente à pessoa em causa e nada mais. Bastando para o efeito atentar que desde que anunciou o seu regresso ao serviço, em setembro de 2018, a trabalhadora em causa já foi objeto de diversas pressões e ameaças veladas. Esperando que este fosse o desfecho. Em concreto, aceita-se, para não mais poder ser retirado, a confissão de que há trabalhadora contratada a termo com a mesma categoria. Assim sendo, a situação enquadra-se no disposto no artigo 368º, nº 1 al. e) do C.T. Não sendo possível a extinção do posto de trabalho. TERMOS EM QUE, Após devidamente ponderados todos os argumentos ora aduzidos, deve o presente processo de extinção de posto de trabalho ser arquivado, como é de elementar justiça e por não se verificarem os requisitos exigidos por lei.”*

- 2.25. Por todo o exposto, consideramos, não estarem devidamente comprovadas as razões definidas no artigo 367.º, do Código do Trabalho, sendo as mesmas cruciais, para poder operar a figura legal da extinção de posto de trabalho e consequente despedimento da trabalhadora. Isto porque não basta ser alegado pela entidade empregadora que existem motivos estruturais, têm de ser elencados e justificados, o que neste caso, não nos parece estar suficientemente justificado.
- 2.26. Efetivamente a entidade empregadora não nega a necessidade dos postos de trabalho, apenas considera, que os mesmos devem ser substituídos por prestadores de serviço em regime de outsourcing.
- 2.27. Em sede de resposta à comunicação da intenção da extinção, a trabalhadora refere: “Na verdade, inexistem razões sérias que justifiquem o despedimento das pessoas em causa, sendo não só possível, como aconselhado ou mesmo imperativo legal a subsistência dos contratos de trabalho. Tratando-se de uma atitude persecutória relativamente à pessoa em causa e nada mais. Bastando para o efeito atentar que desde que anunciou o seu regresso ao serviço, em setembro de 2018, a trabalhadora em causa já foi objeto de diversas pressões e ameaças veladas. Esperando-se que este fosse o desfecho.”
- 2.28. Mais se diga que e de acordo com o relatório do Anexo A, existirem mais postos de trabalho de conteúdo funcional idêntico ao da trabalhadora.
- 2.29. De acordo com o que antecede, não se afiguram-se demonstrados os motivos para o despedimento, nomeadamente motivos estruturais, assim como os requisitos para a extinção do posto de trabalho, pelo que não estão afastados os indícios de discriminação por motivo de maternidade na extinção do posto de trabalho da trabalhadora lactante, especialmente protegida.

### III – CONCLUSÃO

Em face do exposto, a CITE opõe-se ao despedimento, por extinção do posto de trabalho da trabalhadora lactante, ..., enfermeira, promovido pelo ....., por não estarem afastados os indícios de discriminação.-

**APROVADO POR MAIORIA DOS MEMBROS PRESENTES NA REUNIÃO DA CITE DE 03 DE JULHO DE 2019, CONFORME CONSTA DA RESPETIVA ATA, NA QUAL SE VERIFICA A EXISTÊNCIA DE QUORUM, CONFORME LISTA DE PRESENCAS ANEXA À MESMA ATA, COM OS VOTOS CONTRA DA CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL (CIP), DA CONFEDERAÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PORTUGAL (CCP) E DA CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL (CAP) E AINDA DA CONFEDERAÇÃO DO TURISMO PORTUGUÊS (CTP), QUE EMITIU A Seguinte DECLARAÇÃO DE VOTO : “ A CTP, VOTA CONTRA O PRESENTE PARECER POR ENTENDER QUE O EVENTUAL DESPEDIMENTO NÃO RADICA EM TRATAMENTO DISCRIMINATÓRIO. ENTENDE, AINDA, QUE O PARECER DA CITE NÃO PODE REFLETIR QUALQUER CONCLUSÃO QUANTO À IRREGULARIDADE/ILEGALIDADE DO DESPEDIMENTO, SENDO ESTA UMA COMPETÊNCIA DOS TRIBUNAIS DO TRABALHO.”**